



# Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça  
para os devidos fins.

Em 09/06/2022

Chagas  
Conceição de Maria Lago Rodrigues  
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado

FRANCISCO LIMA  
para relatar.

Em 22/06/22

Presidente da Comissão de Constituição  
e Justiça

Antônio Henrique de Carvalho Pires  
Presidente da CCJ



Assembleia Legislativa do Estado do Piauí  
Gabinete do Deputado Estadual **Francisco Limma**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 96 DE 2022.**  
**PROCESSO (PROTOCOLO) AL Nº 28384 /2022**

**RELATOR: DEPUTADO FRANCISCO LIMMA**

**I – RELATÓRIO E VOTO.**

Foi enviado para a relatoria deste Deputado, o projeto de lei nº 96 de maio de 2022, de autoria do Senhor Deputado Gessivaldo Isaías que tem a seguinte ementa: **“RECONHECE DE UTILIDADE PÚBLICA DO INSTITUTO FRANCISCO FREIRE E SILVA.”**

O referido projeto de lei visa reconhecer a utilidade pública do Instituto que tem dentre suas finalidades promover o bem estar, a saúde mental, física e psicológica, o amparo social e apoio ao idoso. O referido Instituto desenvolver suas ações no município de Teresina.

Segundo o autor, a Associação desenvolve suas atividades desde 2020 buscando proporcionar a promoção e formação moral, sócio econômico, cultural, educativo e profissional da comunidade, proporcionar a comunicação em geral, através dos meios de comunicações específicos constituídos pelo Instituto da comunidade, observando o espírito de democracia, os valores humanos da nação brasileira e as leis vigentes no país e no amparo e apoio ao idoso visando minorar lhes o sofrimento, a solidão e o abandono, e proporcionar-lhe uma vida cidadã e socialmente menos injusta e oferecer oportunidades, meios e condições para a educação de base, secundária ou de terceiro grau, recreação, arte, melhoria dos padrões culturais e ascensão social.

Analisando, inicialmente, a competência e legitimidade para propor o presente projeto de lei, vê-se que está em consonância com o artigo 75, da Constituição Estadual que prevê a competência de Membro da Assembleia Legislativa a iniciativa para a proposição.

A referida Fundação está apta a receber o título de utilidade pública por preencher os requisitos do Artigo 2º da Lei nº 5447/2005, conforme a documentação exigida e trazida aos autos em anexo.

Observa-se também que a proposição de lei ordinária não encontra quaisquer óbices constitucionais e infraconstitucionais, nem vícios formais e materiais de inconstitucionalidade. Da mesma forma que tampouco requer reparos quanto à Técnica Legislativa.



Assembleia Legislativa do Estado do Piauí  
Gabinete do Deputado Estadual **Francisco Limma**

No que toca as disposições regimentais, observa-se que o projeto de lei cumpre os ditames dos artigos 105, I e 106 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, observado em todos os seus termos.

Ante o exposto, entendendo que não há impedimento quanto à sua legalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa, **minha manifestação é favorável à constitucionalidade do referido projeto.**

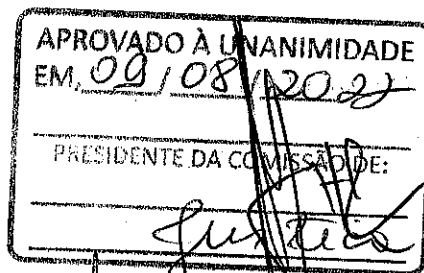
**II - DO PARECER DA COMISSÃO**

A Comissão de Constituição e Justiça, após a discussão e votação da matéria, delibera;

( ) Pelo **acatamento do voto do relator** ( ) Pela **rejeição do voto do relator**,

SALA DAS COMISSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, em Teresina, 11 de julho de 2022.

Dep. Francisco Limma/PT  
Relator





Assembleia Legislativa do Estado do Piauí  
Gabinete do Deputado Estadual **Francisco Limma**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 96 DE 2022.**  
**PROCESSO (PROTOCOLO) AL Nº 28384 /2022**

**RELATOR: DEPUTADO FRANCISCO LIMMA**

**I - RELATÓRIO E VOTO**

Foi enviado para a relatoria deste Deputado, o projeto de lei nº 96 de maio de 2022, de autoria do Senhor Deputado Gessivaldo Isaías que tem a seguinte ementa: **"RECONHECE DE UTILIDADE PÚBLICA DO INSTITUTO FRANCISCO FREIRE E SILVA."**

O referido projeto de lei visa reconhecer a utilidade pública do Instituto que tem dentre suas finalidades promover o bem estar, a saúde mental, física e psicológica, o amparo social e apoio ao idoso. O referido Instituto desenvolver suas ações no município de Teresina.

Segundo o autor, a Associação desenvolve suas atividades desde 2020 buscando proporcionar a promoção e formação moral, sócio econômico, cultural, educativo e profissional da comunidade, proporcionar a comunicação em geral, através dos meios de comunicações específicos constituídos pelo Instituto da comunidade, observando o espírito de democracia, os valores humanos da nação brasileira e as leis vigentes no país e no amparo e apoio ao idoso visando minorar lhes o sofrimento, a solidão e o abandono, e proporcionar-lhe uma vida cidadã e socialmente menos injusta e oferecer oportunidades, meios e condições para a educação de base, secundária ou de terceiro grau, recreação, arte, melhoria dos padrões culturais e ascensão social.

Analisando, inicialmente, a competência e legitimidade para propor o presente projeto de lei, vê-se que está em consonância com o artigo 75, da Constituição Estadual que prevê a competência de Membro da Assembleia Legislativa a iniciativa para a proposição.

A referida Fundação está apta a receber o título de utilidade pública por preencher os requisitos do Artigo 2º da Lei nº 5447/2005, conforme a documentação exigida e trazida aos autos em anexo.

Observa-se também que a proposição de lei ordinária não encontra quaisquer óbices constitucionais e infraconstitucionais, nem vícios formais e materiais de inconstitucionalidade. Da mesma forma que tampouco requer reparos quanto à Técnica Legislativa.



Assembleia Legislativa do Estado do Piauí  
Gabinete do Deputado Estadual **Francisco Limma**

No que toca as disposições regimentais, observa-se que o projeto de lei cumpre os ditames dos artigos 105, I e 106 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, observado em todos os seus termos.

Ante o exposto, entendendo que não há impedimento quanto à sua legalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa, **minha manifestação é favorável à constitucionalidade do referido projeto.**

**II – DO PARECER DA COMISSÃO.**

A Comissão de Constituição e Justiça, após a discussão e votação da matéria, delibera;

( ) Pelo **acatamento do voto do relator** ( ) Pela **rejeição do voto do relator**,

SALA DAS COMISSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, em Teresina, 11 de julho de 2022.

Dep. Francisco Limma/PT  
Relator

